

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001949-83.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **Eloy Sérgio Fernandes**
Requerido: **VIVO S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que era titular de duas linhas telefônicas fixas junto à ré **NET** e que em 09/01/2018 recebeu visita de representante da ré **VIVO** oferecendo serviços em melhores condições, inclusive com acesso à *internet*, desde que adquirisse duas outras linhas para posteriormente fazer a portabilidade das primeiras.

Alegou ainda que aceitou a proposta, mas ressaltou que desde então vem enfrentando diversos problemas que detalhou.

A ré **NET** é revel.

Citada pessoalmente (fl. 22), ela não contestou a ação e tampouco justificou sua inércia.

Reputam-se em consequência verdadeiros quanto a ela os fatos articulados pelo autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

No mérito, o relato exordial foi minucioso e está satisfatoriamente amparado nos documentos que o instruíram.

O vínculo entre o autor e a ré **NET** está patentado a fls. 05/06, ao passo que a fl. 04 a contratação junto à ré **VIVO**, nos termos destacados pelo autor (inclusive com alusão às linhas nº (16) 3368-1570 e (16) 3368-1578 e acesso à *internet*), foi confirmada.

Por outro lado, inúmeros protocolos estão elencados a fls. 01/02 a propósito do mau funcionamento das linhas adquiridas junto à ré **VIVO** e das dificuldades enfrentadas para a implementação da portabilidade das linhas vinculadas à ré **NET** para a operadora **VIVO** (foi garantido ao autor no ato da contratação que isso seria possível, mas se concretizou apenas quanto a uma – nº (16) 3415-1585 – que mesmo assim não funcionou).

A ré **VIVO** em contrapartida não impugnou específica e concretamente nenhum desses fatos, como seria de rigor, e sequer se pronunciou sobre os documentos mencionados.

Preferiu a genérica alegação de que não incorreu em falha alguma, quando reunia plenas condições técnicas para ao menos amearhar as gravações relativas àqueles protocolos e patentear que o seu conteúdo foi diverso do que o descrito pelo autor.

Como não o fez, aceita-se o relato no particular como verdadeiro.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, seja porque há dados objetivos que prestigiam a versão do autor, seja porque as rés em momento algum se desincumbiram do ônus que lhe tocava – sobretudo à luz da regra do art. 6º, inc. VIII, do CDC, expressamente aplicável ao caso na forma do despacho de fl. 92 – para demonstrar o contrário.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para:

(1) determinar às rés que no prazo máximo de dez dias regularizem as linhas telefônicas nº (16) 3368-8240 e (16) 3415-1585, retornando o seu normal funcionamento junto à ré **NET** sem qualquer custo ao autor, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 5.000,00;

(2) declarar o cancelamento das linhas contratadas pelo autor junto à ré **VIVO** (nº (16) 3368-1570 e (16) 3368-1578) e dos demais serviços ajustados entre ambos (fl. 04), sem qualquer custo ao autor, declarando ainda inexigíveis outros valores a cargo do autor oriundos dessa contratação.

Torno definitiva a decisão de fls. 12/13.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação imposta no item 1 supra, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intimem-se as rés pessoalmente para cumprimento da obrigação imposta no item 1 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Em face da interposição do recurso informado a fl. 36, comunique-se em regime de urgência ao Colendo Colégio Recursal local a prolação da presente.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 18 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**